

NOVAS PRÁTICAS DE CONSUMO EM ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Sofia Anchieta Messias¹

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP – FCT

Eda Maria Góes²

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP - FCT

Resumo

Como citar:

MESSIAS, S. A.; GÓES, E. M. Novas práticas de consumo em espaços residenciais fechados de Presidente Prudente/SP: mudanças e permanências na produção do espaço urbano. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, Ano 2022, p. 1-24. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.8930>

Recebido em: 2021-09-02

Devolvido para correções: 2022-01-27

Aceito em: 2022-02-24

Publicado em: 2022-05-02

Os espaços residenciais fechados da porção Noroeste de Presidente Prudente-SP e, mais especificamente, as práticas dos seus moradores, são investigadas, a partir da recente inserção de atividades comerciais nos seus interiores. Tomamos como referência a pesquisa anterior sobre a expansão dos Espaços Residenciais Fechados em três cidades médias paulistas, Presidente Prudente, Marília e São Carlos, que resultou no livro “Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial” (SPOSITO; GÓES, 2013), com vistas à atualização de alguns de seus resultados, levando em conta as mudanças internas identificadas e suas implicações, em relação aos processos de produção do espaço que estão em curso, com especial atenção aos impactos sobre os espaços públicos.

Palavras-chave: Práticas espaciais; espaços residenciais fechados; espaço público; cidades médias; Presidente Prudente/SP

1 Acadêmia do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP – FCT. Bolsista de iniciação científica da Fapesp (06/2020 - 05/2021)

E-mail: s.messias@unesp.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2179-6146>

2 Graduada (1986), mestre (1991) e doutora (1998) em História pela Universidade Estadual Paulista, campus de Assis. Atualmente é professora assistente doutora da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, atuando nos cursos de graduação em Geografia e Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tem experiência nas áreas de História da Cidade e Geografia Urbana. É membro do GASPERR – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais, e pesquisadora principal do Projeto Temático "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb"- 2018 - 2023 (Fapesp 18/07701-8).

E-mail: eda.goes@unesp.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1398-4526>

NEW CONSUMPTION PRACTICES IN CLOSED RESIDENTIAL SPACES AT PRESIDENTE PRUDENTE/SP: CHANGES AND PERMANENCES IN THE PRODUCTION OF URBAN SPACE

Abstract

The closed residential spaces in the northwestern portion of Presidente Prudente and, more specifically, the practices of its residents, are investigated, based on the recent introduction of commercial activities in the spaces of collective use inside these residential spaces. We take as reference the previous research on the expansion of the Closed Residential Spaces in three medium-sized cities in São Paulo, Presidente Prudente, Marília and São Carlos, which resulted in the book "Closed Spaces and Cities: urban insecurity and socio-spatial fragmentation" (SPOSITO; GÓES, 2013), with a view to updating some of its results, taking into account the internal changes identified and their implications, in relation to the processes of space production that are underway, with special attention to the impacts on public spaces.

Keywords: Spatial practices; Closed Residential Spaces; Public Space; medium-sized cities; Presidente Prudente/SP

NUEVAS PRACTICAS DE CONSUMO EN ESPACIOS RESIDENCIALES CERRADOS EN PRESIDENTE PRUDENTE/SP: CAMBIOS Y PERMANENCIAS EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO

Resumen

Se investigan los espacios residenciales cerrados en la parte noroeste de Presidente Prudente y, más concretamente, las prácticas de sus residentes, a partir de la reciente introducción de actividades comerciales en su interior. Tomamos como referencia la investigación anterior sobre la expansión de los Espacios Residenciales Cerrados en tres ciudades medias de São Paulo, Presidente Prudente, Marília y São Carlos, que dio lugar al libro "Espacios y Ciudades Cerradas: inseguridad urbana y fragmentación socio-espacial" (SPOSITO; GÓES, 2013), con el fin de actualizar algunos de sus resultados, teniendo en cuenta los cambios internos identificados y sus implicaciones, en relación con los procesos de producción de espacio que están en curso, con especial atención a los impactos en los espacios públicos.

Palabras clave: Prácticas espaciales; espacios residenciales cerrados; espacio público; ciudades medias; Presidente Prudente/SP

Introdução

A insegurança urbana é uma realidade crescente na cidade contemporânea brasileira e resulta não só da real violência urbana, mas também de incertezas mais amplas, alimentadas principalmente pela indústria do medo, cujo papel principal é desempenhado pela mídia (SPOSITO; GÓES, 2013). O avanço dos meios de comunicação, em conjunto com o crescimento e complexificação das cidades médias, fez com que essa realidade não seja reservada às metrópoles, mas se estenda para um contexto mais amplo da urbanização brasileira, influenciando fortemente na maneira como as pessoas realizam suas práticas cotidianas de sociabilidade, consumo, mobilidade, inclusive de habitação, e assim, promovem a produção do espaço urbano.

No caso de Presidente Prudente, esse processo está intimamente relacionado com a ampliação da oferta de espaços residenciais fechados (popularmente conhecidos como *condomínios fechados*), que estimulam a adoção de novas práticas espaciais individuais privatizantes repressivas adequadas a mecanismos de controle exagerados, movidos pela desconfiança com relação aos *outros*¹ (SPOSITO; GÓES, 2013).

No período de 2008 a 2012, foi realizada uma pesquisa sobre a expansão dos espaços residenciais fechados em três cidades médias, do Estado de São Paulo Presidente Prudente, Marília e São Carlos, que resultou no livro “Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial” (SPOSITO; GÓES, 2013). Tendo em vista tal referência, mas, levando em conta o caráter dinâmico das realidades urbanas e buscando contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o tema, no âmbito do mesmo Grupo de Pesquisa², desenvolvemos essa pesquisa em que buscamos atualizar características a respeito dos espaços residenciais fechados em Presidente Prudente -SP e os processos nos quais engendram, considerando o tempo passado da primeira pesquisa (mais de dez anos de seu início), a significativa expansão desses *habitats* e das práticas espaciais em seus interiores e seus impactos sobre a cidade.

Nesse sentido, por se tratar do processo de produção do espaço urbano, já caracterizado como de fragmentação socioespacial pelas autoras (SPOSITO; GÓES, 2013),

¹ De acordo com o livro *Espaços Fechados e Cidades* (2013), os *outros* seriam aqueles que não moram em Espaços Residenciais Fechados, ou se encontram fora do contexto dos muros.

² Pesquisa realizada a partir de projeto de iniciação científica.

buscamos, nesse artigo, responder às seguintes questões: no contexto de Presidente Prudente, quais mudanças foram observadas na conjuntura dos espaços residenciais fechados, em comparação aos relatos das autoras Sposito e Góes? Quais tendências se acentuaram? Há novas tendências? Surgiram novas práticas espaciais?

Frente à complexidade do tema, o grande número de espaços residenciais fechados implantados nessa cidade e os limites de uma pesquisa de iniciação científica, direcionamos nossa atenção àqueles localizados na porção Noroeste, situados na Avenida Salim Farah Maluf (sentido Álvares Machado) e nas suas imediações³, atentando especialmente às novas práticas espaciais de seus moradores, tanto no interior, quanto no exterior dos espaços residenciais fechados.

A partir de observações iniciais, encontramos evidências de novas atividades realizadas no interior desses *habitats*, que correspondem aos popularmente conhecidos como “comércios de rua”. Essa nova atividade comercial intramuros levanta questões sobre mudanças na relação comércio - cidade e na sociabilidade entre vizinhos, uma vez que a importância de tais relações no âmbito da História das Cidades, inclusive desde suas origens, é amplamente reconhecida (VARGAS, 2002). Trata-se de uma reconfiguração de tais relações historicamente estabelecidas entre comércio e cidade? Como elas afetam as práticas nos espaços privados de uso coletivo desses *habitats*? Como afetam as práticas nos espaços públicos de Presidente Prudente? Chegam a alterar o isolamento imposto pelos muros e controles de acesso?

Considerando os objetivos propostos e as questões formuladas que pretendemos ajudar a responder, adotamos procedimentos metodológicos qualitativos, que partiram do levantamento e discussão bibliográfica e incluíram: a) visitas aos Espaços Residenciais Fechados (ERFs) localizados na porção Noroeste de Presidente Prudente/SP, com foco na observação dos espaços de uso coletivo e das atividades que lá ocorrem e realização de registros fotográficos; b) entrevistas⁴ - com roteiros semiestruturados com moradores selecionados a partir de contato prévio e com alguns comerciantes e responsáveis pela sua inserção nesses espaços (síncicos e outros); c) por meio de pesquisa em *sites* e redes sociais

³ Esse é um dos eixos de expansão recentes dos espaços residenciais fechados em Presidente Prudente.

⁴ Foram realizadas 5 entrevistas com comerciantes, 9 entrevistas com moradores (do Porto Seguro, Bosque dos Tamburis e Residencial Portinari) e uma entrevista com um encarregado geral, responsável pelas atividades comerciais no interior dos muros. Ao todo, foram 15 entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa.

de diferentes incorporadoras responsáveis por esses ERFs, observar propagandas e campanhas de *marketing*. Os resultados obtidos estão organizados neste texto em três tópicos, além das considerações finais.

Da segregação à fragmentação socioespacial: os espaços residenciais fechados e as mudanças nos espaços públicos e no comércio

Nas últimas décadas uma significativa mudança na relação entre espaços públicos e privados vêm ocorrendo nas cidades contemporâneas, ao mesmo tempo em que mudanças nas práticas espaciais também realizadas em cada um deles acontecem. Está em curso uma crescente desvalorização dos espaços públicos, com supervalorização do que é privado e individual.

De acordo com Sennett (2014), essa mudança teve início durante a passagem do Antigo Regime para a sociedade capitalista, período no qual houve a formação e desenvolvimento de uma nova cultura urbana. Desde esse período, e com mais intensidade nas últimas décadas, o espaço público vem sendo abandonado (de forma relativa), tanto pelas autoridades, que não promovem planejamento e manutenção adequada, quanto pelos cidadãos, que acabam por não fazer uso desse espaço de maneira a mantê-lo vivo e ocupado.

Pode-se dizer que o abandono dos espaços públicos se deve, em grande parte, às novas características do planejamento urbano e arquitetônico que, segundo Gehl (2013), menospreza cada vez mais a dimensão humana, privilegiando automóveis e construções monumentais, tais como arranha-céus, que tornam o espaço público menos convidativo para os pedestres. Além desses elementos, a ausência de espaços de transição suaves entre a rua e as edificações que nela se inserem, reiteram o menosprezo que se tem com relação à escala do pedestre no planejamento urbano, enquanto o automóvel é supervalorizado e tido como meio de transporte principal.

Dessa forma, é possível observar uma nova tendência nas cidades contemporâneas, que leva os cidadãos a evitarem a frequência à espaços públicos, com a busca constante pelo aconforto e aparente conforto que o espaço individual, privado e íntimo muitas vezes parece fornecer. Tal como afirma Sennett, “O espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado” (2014, p. 17). Além da preferência por espaços privados, como a própria

residência, os espaços privados de uso coletivo são cada vez mais valorizados, como é o caso de *shopping centers* e áreas de lazer presentes no interior de condomínios horizontais e verticais. Esses espaços são preferidos para práticas como caminhadas, o que indica que, para muitos, podem vir a substituir os espaços públicos, tais como parques, pistas de caminhada, entre outros, como ouvimos de nossos entrevistados.

Além das mudanças nas relações entre os espaços público e privado, e das práticas a eles direcionadas, os processos de segregação socioespacial, característicos das cidades brasileiras, também vem passando por mudanças significativas nas últimas décadas. De acordo com Villaça (2007), o padrão de segregação mais conhecido baseia-se na relação entre centro e periferia, presente na maioria das cidades. Inicialmente a relação centro- periferia consistia basicamente em um centro rico que se contrapunha essencialmente a uma periferia voltada à habitação de trabalhadores pobres, traço que foi muito acentuado a partir da década de 1960, na qual a atenção dos governos à moradia popular se introduziu, sendo assim promovida a construção de conjuntos habitacionais de interesse social, que eram predominantemente localizados nas franjas urbanas, fato que influenciou muito na caracterização desse modelo de segregação que predominou por muito tempo.

A oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas. (CALDEIRA, 2000, p. 231).

Apesar da pertinência desse modelo de segregação, mudanças essenciais nas características tanto do centro urbano, quanto da periferia, levaram à complexificação dessa relação ao longo dos anos, fazendo com que a dicotomia centro - periferia já não fosse suficiente para explicar as dinâmicas urbanas predominantes atualmente.

O centro vem perdendo sua hegemonia em muitas cidades, principalmente pelo surgimento de novos centros e subcentros que, conseqüentemente geram novas centralidades (WHITACKER, 2017). Ao mesmo tempo em que isso acontece, a periferia também vem mudando de conteúdo, não sendo mais nela predominante a habitação de trabalhadores pobres; parte dessa mudança se deu pela implantação de novos empreendimentos imobiliários em diversas cidades, os EREFs (Espaços Residenciais Fechados), também conhecidos como “condomínios fechados”.

A barreira física, composta por muros e aparatos de segurança exacerbados, agrava o distanciamento entre cidadãos, uma vez que impede que quem está dentro veja e tenha consciência de quem está do lado de fora, ignorando sua existência e se tornando alheio a ela, com importantes consequências políticas, que caracterizam o processo de fragmentação socioespacial (SPOSITO; GÓES, 2013).

De acordo com Caldeira (2000), que pesquisa a metrópole paulista, os “enclaves fortificados” exercem importante papel nessas mudanças que não se restringem aos espaços de habitação, indo muito além e podendo ser descrito da seguinte forma:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. [...] Embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes homogêneos. (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

Sposito e Góes (2013) demonstram que tais mudanças não se restringem às metrópoles e a implantação desses ERFs, por vezes, afastados do perímetro urbano, também reflete a influência crescente dos automóveis, de modo a acentuar a segmentação socioespacial e promover a chamada “urbanização difusa” (SPOSITO; GÓES, 2013), que se caracteriza pelos espaços descontínuos e dispersos, ligados por vias automobilísticas, e pelos vazios urbanos. Apesar de muitas vezes ser mais aparente ou ter ocorrido primeiramente nas metrópoles brasileiras, a urbanização difusa está presente em cidades médias paulistas, como Marília, Presidente Prudente e São Carlos, conforme explicam:

Quando acrescentamos o adjetivo “difusa” ao substantivo “urbanização”, podemos agregar nosso interesse em destacar outras duas dimensões importantes para entender diferentes dinâmicas constitutivas desse processo, particularizando o período atual e distinguindo-o de outros. Em primeiro lugar, o adjetivo “difusa” ajuda a expressar não apenas a tendência de espraiamento do tecido urbano, mas também a sobreposição e a mescla de usos urbanos e rurais no espaço. Em segundo lugar, pode enunciar a tendência de difusão dos valores urbanos pelo espaço rural, o que inclui as práticas espaciais, antes associadas aos cidadãos, presentes de modo cada vez mais importante entre moradores dos espaços rurais. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 57).

Ao mesmo tempo em que todas essas mudanças na produção do espaço urbano vêm ocorrendo, é possível notar que as práticas espaciais dos cidadãos têm se alterado e são

ressignificadas pela influência do comércio e do consumo. Ambos ganham cada vez mais destaque e importância na sociedade contemporânea capitalista, passando a se tornar elemento essencial para a vida urbana e indispensável no cotidiano de cada cidadão. Mas as características do comércio também vêm se alterando, sendo agora distribuído em múltiplas centralidades (SALGUEIRO, 2013) e, apesar de ainda serem permeadas diretamente por relações de sociabilidade, a privatização, através dos *shopping centers* amplia-se.

Quando levamos em conta que a dicotomia público-privado é estruturante das práticas espaciais na cidade contemporânea, tanto pela separação entre as dimensões pública e privada da vida humana, quanto do ponto de vista produtivo, distinguindo diferentes modos de intervenção urbana, pautados em lógicas próprias, de promoção pública ou de iniciativa privada, compreendemos que os processos atuais que tendem a diluir fronteiras (global-local, rural-urbano), entre as quais, público-privado, tanto quanto a erigir outras, como aquelas que inibem o acesso de alguns a espaços privados de acesso coletivo, como são os *shopping centers*, estabelecem regras diferenciadas para controle de visitantes e trabalhadores em condomínios fechados, etc. (GÓES, 2016, p. 67).

Tanto *shopping centers*, quanto ERFs, são exemplos de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), que tendem a ser ambientes homogêneos do ponto de vista da classe social ou, ao menos, possuem signos semelhantes, que os diferenciem de outros grupos (BAUDRILLARD, 1991 *apud* GÓES, 2016). Levando em conta que uma das principais características de um espaço público de qualidade é a promoção de encontros democráticos entre uma diversidade de públicos, podemos entender que a privatização e a consequente homogeneização de centros comerciais geram um significativo impacto que vai além dos padrões de consumo. As cidades contemporâneas se encontram em constante transformação, o que influencia as práticas espaciais, ao mesmo tempo em que são por elas influenciadas.

Num sentido amplo, esses processos correspondem ao que Bauman (2001) denominou “modernidade líquida”. De acordo com o autor, os fluidos são altamente mutáveis e possuem fácil mobilidade, fluindo, escorrendo..., entre outros verbos que podem definir sua fácil fluidez e mobilidade, expressando a enfermidade e a mutabilidade, tanto das relações quanto das características gerais da sociedade atual e da cidade contemporânea. Como reação a tudo isso, se observa uma tendência cada vez maior ao isolamento com evitação dos espaços públicos, caracterizando o processo de fragmentação socioespacial.

Todos esses aspectos, combinados ao aumento da insegurança urbana, que nem sempre está ligado diretamente ao aumento real da violência (SPOSITO; GÓES, 2013, cap.8), colaboram para a difusão cada vez maior dos ERFs. Algo que era reservado à elite, atualmente se tornou acessível à classe média, conforme discutiremos no tópico seguinte.

Permanências e mudanças em Presidente Prudente/SP

No que se refere à Presidente Prudente, observamos diversas mudanças em relação ao contexto no qual a pesquisa para a escrita do livro “Espaços Fechados e Cidades” (SPOSITO; GÓES, 2013) se desenvolveu, ao mesmo tempo em que houve algumas permanências e outras tendências se acentuaram. A primeira tendência acentuada pode ser observada a partir das entrevistas e diz respeito à questão da insegurança. Muitas vezes mencionada de modo contraditório, apareceu na grande maioria das entrevistas, como um dos principais motivos da mudança para o condomínio, como nos seguintes exemplos:

[Por que que você decidiu morar nesse condomínio?]

Ah, procurando... você sabe que hoje em dia condomínio não é mais luxo, né. A gente procura segurança, a gente procura... o que atenda às necessidades de um morador. (Rafaela⁵, 61 anos, aposentada, residente sozinha no Porto Seguro)

Pelo aumento de violência, né, e também pela idade que as meninas começaram a ter de sair à noite também. Às vezes a gente chega um pouco mais tarde, então é mais essa segurança que a gente também estava mais predisposto a tá na rua mais tarde. (Maria, 43 anos, farmacêutica, residente do Bosque dos Tamburis, com a família)

Ao mesmo tempo em que a questão da insegurança foi naturalizada, a presença dos presídios implantados nas cidades próximas a Presidente Prudente, que foram anteriormente considerados por muitos moradores como um problema, não foi citada em nenhuma das entrevistas realizadas, o que se diferencia das respostas ouvidas por Sposito e Góes (2013, p. 188):

Há um médico que eu admiro muito, professor de Medicina Legal, que garante que não existe essa relação [entre presídios e aumento da violência na cidade], mas não consigo me convencer. [...] Eu não sei se esse negócio dos presídios colaborou, mas é uma coincidência... (Leonice, 51 anos, dona de casa, Presidente Prudente)

⁵ Os nomes dos entrevistados são todos fictícios, para preservar sua privacidade.

Eu acho esse monte de penitenciárias que vieram pra cá, que os estudos falam que não. Eles quase que provam que não, mas pra mim é. (Cristiano, 51 anos, professor universitário, Presidente Prudente)

Nesse sentido, a particularidade então identificada pelas autoras, quando observam que “nas cidades de Marília e Presidente Prudente, os discursos elaborados pelos moradores de espaços residenciais fechados que entrevistamos se pautaram no binômio *presídio- violência*, revelando uma particularidade dessas duas cidades em relação a São Carlos” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 177), já não se mantém, apontando para uma tendência à homogeneização dos processos em curso nessas cidades.

Uma segunda tendência que parece ter se acentuado é a busca pela autosegregação no interior de muros, relacionada ao desejo de convívio entre iguais, num ambiente controlado e homogêneo. Na fala de alguns entrevistados, é possível notar que há um evitamento com relação aos espaços públicos após a mudança para o ERF, por motivos que combinam questões amplas, tais como o medo, e outras mais imediatas, como o simples fato de disporem de instalações de lazer próximas e confortáveis. Nos dois casos, são fatores que impulsionam mudanças nas dinâmicas urbanas.

Uma clara mudança diz respeito ao público-alvo dos novos ERFs de Presidente Prudente. Os empreendimentos lançados nos anos 1990 eram de grande porte e destinados à elite⁶. Especialmente a partir dos anos 2000, novos empreendimentos, se destacando os da porção Noroeste, que pesquisamos, possuem dimensões menores, tanto da área total quanto no tamanho dos lotes em seu interior (Quadro 1), o que possibilita uma ampliação do seu público-alvo.

Quadro 1: Espaços Residenciais Fechados situados na porção Noroeste de Presidente Prudente

Loteamentos Fechados	Data de Aprovação	Nº de Quadras	Nº de Lotes	Área total da gleba	Tamanho do Lote dentro do ERF	Incorporadora Responsável
Porto Seguro Residence	27/04/2007	14	245	163.751,00 m ²	Em média, cada lote mede 262 m ² .	Mampeí Funada Incorporadora

⁶ Conforme Sposito e Góes (2013, p. 145), o Jardim Morumbi foi o primeiro, lançado em 1975, com 67 lotes. O Jardim Paulo II foi lançado em 1980, com 251 lotes. A partir do lançamento do Residencial Damha, com 746 lotes, em 1996, entra em cena a Encalso e o tamanho dos empreendimentos atinge outra escala.

Residencial Portinari	25/06/2003	17	234	202.100,00 m ²	Lotes de meio de quadra tem 360 m ² ; Lotes de esquina, entre 395 e 690 m ² .	Grupo Matsuda
Bosque dos Tamburis	2013	12	212	185.929,16 m ²	Lote com área média de 155 m ² .	Rodobens Negócios
Residencial Jatobá	2014	9	183	114.921,00 m ²	Lotes com tamanhos entre 300 a 502m ² ;	Buriti em parceria com Pauma
Monte Azul	18/03/2014	10	145	136.832,00 m ²	Lotes de meio de quadra tem em média 460 m ² ; Lotes de esquina, 600 m ² , em média.	Incorporadora Satélite
Mart-Ville	24/04/2012	13	269	209.741,00 m ²	Em média, os lotes medem 327 m ² .	Mart Ville empreendimento Imobiliário Ltda.

Organização: autora. Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e *sites* de incorporadoras. Consulta feita em agosto de 2019.

Além do tamanho e da localização, uma outra característica particular de alguns desses novos ERFs é o fato de que já são vendidos com as casas prontas e idênticas para todos. A padronização das moradias remete aos conjuntos de habitação popular que foram construídos no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960; tal semelhança sugere que os novos “condomínios fechados”, como são popularmente conhecidos, não têm um caráter elitizado e se voltam cada vez mais para diferentes segmentos socioeconômicos, o que indica sua ampla difusão como novo “modelo de moradia”, não apenas nas metrópoles, mas também nas cidades médias. Dentre os ERFs pesquisados (Quadro 1), esse é o caso do Bosque dos Tamburis⁷.

⁷ As casas possuem aproximadamente 103 m²

Recentemente, dia 27 de março de 2021, foi exibido um programa na “TV Fronteira”, uma emissora de televisão de Presidente Prudente, cuja programação é transmitida para diversos municípios próximos, chamado de “Papo de Condomínio”, cujo tema era “o sonho da casa própria” e a popularização cada vez maior dos chamados “condomínios fechados”, seja por sua segurança, seja pela oferta de áreas de lazer e comércio em seu interior. Um dos elementos destacados nessa reportagem foi o fato de que os ERFs vêm se tornando cada vez mais acessíveis para todos os públicos. O patrocínio do programa pela LGR Construtora, que lançava o Condomínio Residencial Eco Ville Prudente I⁸ (Figura 1), corrobora tal tendência.

Figura 1. Modelo computadorizado de casas apresentados no *site* do condomínio Residencial Eco Ville Prudente I, Presidente Prudente/SP



Fonte: <https://lrgconstrutora.com.br/ecovilleprudente/01/>

A estratégia de difusão desse modelo de ERF e os investimentos das incorporadoras envolvidas no *marketing* que procura vendê-los, como acessíveis e ideais, são evidenciados, ao mesmo tempo em que a proposição de que “são acessíveis para todos os públicos” encobre as imensas desigualdades de acesso à casa própria no Brasil.

Os moradores que entrevistamos, residentes no Bosque dos Tamburis, se mostraram muito satisfeitos com esse modelo de moradia. Uma entrevistada observou que

⁸ O Condomínio Residencial Eco Ville Prudente I é um empreendimento fechado que inclui casas idênticas, em terrenos a partir de 160 m², e amplas áreas coletivas de lazer.

as pessoas ficam “mais iguais” entre si, reforçando o desejo de viver em um ambiente homogêneo, sem símbolos de distinção internas ao condomínio, enquanto outra entrevistada afirmou que existia uma certa praticidade em comprar uma casa pronta.

Além da popularização do modo de vida em condomínio no contexto específico dos espaços residenciais fechados presente à Noroeste de Presidente Prudente, outra significativa em relação à pesquisa de Sposito e Góes (2013), diz respeito às novas práticas espaciais que se dão no interior dos muros, as atividades comerciais. Essa mudança tem merecido atenção especial e os resultados obtidos são apresentados em seguida.

Atividades comerciais no interior dos Espaços Residenciais Fechados e suas implicações

De acordo com informações geradas por meio das entrevistas, essas novas atividades comerciais no interior dos espaços residenciais fechados tiveram início por volta do ano de 2017. Mesmo que alguma particularidade tenha caracterizado sua introdução em cada um dos ERFs pesquisados, a importância das relações pessoais é um traço comum que pode ser relacionado às diferenças entre cidades médias e metrópoles, em que as relações impessoais tendem a ser predominantes⁹.

No Residencial Portinari, a venda de espetinhos foi a primeira a ser introduzida, o que ocorreu a partir do convite ao comerciante feito por um morador, que integrava a administração do condomínio. Essa atividade foi muito bem aceita por parte dos moradores e a partir dela buscou-se trazer outras, como narrou o próprio comerciante:

[E como que vocês começaram a frequentar o condomínio?]

No condomínio foram, assim, é... as pessoas que vieram aqui comer o meu espeto, né, gostaram do espetinho, aí me deram uma oportunidade no condomínio lá. E aí, como eu tenho bastante amigo lá e... daí também foi uma ajuda bastante, entendeu? (Responsável pelo comércio¹⁰ dos espetinhos no interior do Residencial Portinari)

⁹ Medidas como a terceirização dos serviços de segurança nos ERFs do Grupo Encalco, em Presidente Prudente, evidenciam esforços no sentido de superar tais características, contribuindo para que a homogeneização se amplie.

¹⁰ Diferente do “Pastel do Magrão”, “Tia Di”, “Minas Gourmet”, não há um “nome fantasia” para comércio dos espetinhos no Residencial Portinari, sob responsabilidade do proprietário de um bar próximo e realizado por seu filho, como negócio familiar.

Além da comercialização de espetinhos, outras atividades comerciais foram identificadas nos ERFs pesquisados, sempre relacionadas à alimentação, tal como é possível observar nas Figuras 2 e 3. Uma delas é a venda de pastel, também muito popular nesses espaços, feito pelo *Food Truck* do “Magrão”, que frequenta o Porto Seguro, Bosque dos Tamburis, Gramado, Residencial Portinari e o Village Damha. Além de atuar no interior dos muros, o “Pastel do Magrão” também é comercializado na tradicional feira-livre da Avenida Manoel Goulart e tem um ponto fixo no Campus I da Unoeste¹¹.

[E vocês começaram na Feira mesmo?]

É, eu comecei na feira. Trabalhei um ano... eu e minha esposa um ano certinho na feira. Eu fazia feira de manhã e à tarde, todos os dias [...] E aí depois, a gente foi parando com as feiras e entrando nos condomínios, né... e hoje, graças a Deus, a gente cresceu aqui em Prudente. Eu tenho... comecei com o *trailer*, eu tenho uma perua e um ponto fixo hoje. (Responsável pelo Pastel do Magrão).

Figura 2: Atividade comercial no interior do Residencial Portinari, Presidente Prudente/SP



Fonte: Autora, 04/08/2020, 18 h.

¹¹ Universidade do Oeste Paulista, uma instituição particular de ensino superior.

Figura 3: Atividade comercial no interior do Residencial Portinari, Presidente Prudente/SP



Fonte: Autora, 27/07/2020, 19 h:25 min.

A comercialização de crepes e tapiocas foi outra atividade comercial observada, presente no Residencial Portinari, no Mares do Sul, no Bosque dos Tamburis e no Damha, além de ocorrer em festas e eventos diversos em Presidente Prudente e na região de Araçatuba. Ela foi introduzida no Residencial Portinari, onde foi realizada a entrevista com a comerciante responsável, após uma festa junina, para a qual foi convidada. De acordo com ela, seu produto foi muito bem recebido pelos moradores, e a partir daí, recebeu o convite para frequentar semanalmente o espaço.

Outras duas atividades comerciais que foram alvo de atenção durante a pesquisa são a “Minas Gourmet” e a “Fruttydellys”. A primeira é responsável pela comercialização de queijos, doces e outros alimentos típicos de Minas Gerais, realizada semanalmente no Residencial Portinari, no Gramado, no Valência e no Quinta das Flores. No início da pandemia, o casal responsável por essa atividade comercial também abriu uma loja fixa, pensando em futuramente trabalhar apenas com ela, conforme informaram.

Mas o aspecto mais interessante, identificado a partir da entrevista com a responsável pela Minas Gourmet, é a existência de uma comunicação entre os comerciantes, entre moradores – comerciantes, comerciantes - administradores de ERFs e entre administradores, em prol da recomendação de novos comerciantes. Em entrevista, a comerciante afirmou que o responsável pelo Pastel do Magrão intermediou a entrada do Minas Gourmet em alguns ERFs, tal como é possível observar no trecho a seguir:

[Como foi o contato inicial com o condomínio? Alguém convidou vocês para trabalhar na Festa Junina e depois pegaram seu contato?]

E... o Portinari... é porque assim, o Magrão, do Pastel do Magrão, ele estava em tudo. Ele já estava nesse, nessa pegada, há muito tempo. Então ele ia me indicando... ele me ajudou muito a abrir as portas. Ele... aí ele me dava o contato, na época que eu conversei com o... Edson [síndico].
(Comerciante Responsável pelo Minas Gourmet)

Por fim, o “Fruttydellys”, um *Food Truck* que vende sorvete e açaí, também foi uma das atividades comerciais pesquisadas, tendo um diferencial significativo das demais. Enquanto todas as outras eram atividades comerciais familiares, que foram se inserindo aos poucos no contexto dos ERFs ao longo dos últimos anos, o Fruttydellys é uma franquia, que possui lojas em Presidente Prudente e em outras cidades, cuja frequência em ERFs teve início estrategicamente durante a pandemia, quando suas lojas fixas não podiam funcionar. O comerciante entrevistado, que se autodenominou um “*freelancer*”, responsável por essa atividade comercial no dia e horário da entrevista, afirmou que ele frequentava o Residencial Portinari, Bosque dos Tamburis e Porto Seguro, muitas vezes revezando os dias da semana com outros comerciantes terceirizados, contratados pela empresa.

Além das atividades comerciais cujos responsáveis foram entrevistados, algumas outras foram identificadas a partir das falas dos moradores, tal como um serviço de comercialização de lanches, oferecido semanalmente no Bosque dos Tamburis e no Porto Seguro, uma feira que acontecia, antes da pandemia, no Porto Seguro, e a feira realizada no Bosque dos Tamburis, cujo responsável é um dos moradores desse condomínio, que possui uma mercearia e semanalmente traz para o interior dos muros alguns produtos para comercializar com seus vizinhos. Essa feira recebeu grande destaque na fala de todos os entrevistados que residem no Bosque dos Tamburis, tal como é possível observar nos trechos a seguir:

[Em quais dias da semana acontecem as atividades comerciais?]

Terça- Feira vem a feira, é uma feira-livre. Então a gente acaba frequentando mais a feira até, pode falar que, né, que a feira livre a gente não vai lá em Prudente porque já tem a feira aqui. À disposição aqui. (Maria, 43 anos, farmacêutica, residente do Bosque dos Tamburis, com a família)

[Porque vocês gostam de frequentar as atividades comerciais no interior dos muros?]

Porque primeiro os outros comércios estão distantes, então isso facilita bastante. É, a gente tem até um vizinho que tem mercado e ele acaba trazendo muita coisa, ele faz esse serviço de trazer muita coisa pra gente. No fim do dia, quando ele encerra, que ele volta pra casa, então a gente faz as encomendas e ele traz, isso facilitou bastante até agora na pandemia. É, mais é pela facilidade mesmo, o acesso... de estar ali e não precisar sair. (Vilma, 41 anos, professora universitária, residente do Bosque dos Tamburis, com a família)

Essas novas atividades comerciais intramuros, mesmo que pontuais, proporcionam mudanças na relação comércio - cidade e na sociabilidade entre vizinhos. A partir das entrevistas, as práticas espaciais dos moradores cada vez mais restritas ao espaço privado do condomínio são identificadas e os impactos da pandemia de Covid-19, sentidos a partir de março de 2020, reforçam tal tendência que já estava em curso. Por um lado, a sociabilidade tradicionalmente relacionada às atividades comerciais, passa a reforçar a sociabilidade entre iguais, enquanto que a presença de poucos comerciantes, em geral decorrente de relações interpessoais com moradores, pouco altera o isolamento imposto pelos muros e controles de acesso.

Assim se evidencia a ampliação da preferência por espaços privados, tal como a própria residência, os espaços privados de uso coletivo, como é o caso das áreas de lazer presentes no interior de ERFs e *shopping centers*, que substituem os espaços públicos, como parques, pistas de caminhada, entre outros espaços que acabam por se tornar cada vez menos desfrutados pela população, inclusive com indistinções entre espaços públicos e privados, como àquela feita pela entrevistada Maria, que denomina de “feira-livre”, a feira que ocorria dentro do Condomínio Bosque dos Tamburis e afirma não haver mais necessidade de ir à feira-livre da Avenida Manoel Goulart, grande e tradicional, que atende Presidente Prudente e Região, aos sábados à tarde e domingos pela manhã, pela presença da primeira.

Isso sugere o questionamento: será que podemos chamar de “feira-livre” algo que acontece dentro de muros e para uma parcela extremamente restrita da população? A

comparação indica que há mais diferenças do que semelhanças entre elas, mas isso não é notado pela entrevistada porque, para ela, o importante é consumir. No mesmo sentido, quando perguntamos, durante as entrevistas, sobre a frequência à espaços públicos, ouvimos respostas sobre *shopping center*, reiterando a referida indistinção, assim como suas implicações.

Além disso, com base nas entrevistas, tanto dos comerciantes quanto do encarregado geral do Portinari, é possível notar que está em curso a constituição de uma rede entre ERFs, estabelecida pela relação entre seus moradores e comerciantes (que trabalham dentro dos muros), às quais já fizemos referência, e entre os administradores desses espaços, conforme se observa no seguinte trecho:

[Vocês se comunicam com os outros condomínios, sobre os comerciantes ou é direto sempre com eles?]

Geralmente... são poucos [os comerciantes]. Mas sempre... ‘nós’ tira informações. Quando a pessoa é a primeira vez que vem, eu procuro saber que condomínio ele faz e aí, ir lá, entrar em contato com o síndico de lá, ou com o encarregado, pra eles passarem como que é a... frequência dele lá... se tem uma boa convivência com os ‘morador’..., com... a situação do condomínio. Então é esse aí o nosso diálogo com os outros condomínios. (Encarregado Geral do Residencial Portinari)

Como um dos elementos que podem afetar futuramente as práticas tanto no exterior quanto no interior dos muros, podemos citar o fato de que nas entrevistas, todos os comerciantes apontaram maiores vantagens em exercer suas atividades comerciais dentro de ERFs do que em outros espaços urbanos, tais como as feiras-livres, considerando os condomínios espaços muito mais confortáveis e vantajosos economicamente. Ao serem perguntados sobre desvantagens de comercialização no interior dos muros, nenhum dos comerciantes entrevistados tinha alguma para apontar. A partir do trecho da entrevista com o “Magrão”, comerciante responsável pela venda de pastéis, transcrito a seguir, é possível notar tal preferência:

[Existem muitas diferenças entre trabalhar em uma feira e em um condomínio?]

Magrão: Ó, a diferença tem muita, muita diferença. Nos condomínios, hoje eu tenho um horário de trabalho. Por exemplo, eu chego cinco horas no condomínio, cinco, cinco e dez, cinco e meia, meu horário praticamente de começar a atender nos condomínios é às 18 horas. Das 18 às 22 horas, é o horário que o condomínio às vezes e passa de trabalhar. Tem dia que é nove e meia da noite a gente está indo embora, nove horas... depende do tempo de chuva, frio. É... então é assim, na feira, é muito... é muito trabalho e horário muito... mais horários que no condomínio. Então tinha dia que eu ia fazer feira era três e meia da tarde e estava montando o

trailer já, e saía dez horas da noite também. [...] Tem que pegar o lugar e outra, se depender do lugar que eu for, se tiver as bancas montadas, eu não entro por causa que o trailer não passa no meio por causa das coberturas. [...] Então é assim, nos condomínios é bem diferente.

Entrevistadora: Então você diria que a maior vantagem dos condomínios é essa, ter um horário fixo e ser mais tranquilo também para entrar e sair?

Magrão: Pra entrar e sair você... o pessoal aqui, graças a Deus, todo o lugar que a gente entra e sai, a gente já tem o nome na portaria tudo já... assim o pessoal já vê a gente, já vai abrindo, para não ficar preso na portaria. (Magrão, responsável pelo comércio de pastéis)

Essas mudanças de representação com relação às atividades comerciais, sobretudo àquelas que se encontravam tradicionalmente em espaços públicos, como feiras-livres e, mais recentemente, *food trucks*, podem ser interpretadas como uma reconfiguração da relação historicamente estabelecida entre cidade e comércio, tal como vem sendo caracterizada por pesquisadores como Vargas (2002) e Salgueiro e Cachinho (2009).

De acordo com Vargas (2002), o primeiro código de leis conhecido, o Código de Hamurabi (sec. XVIII a.C.) já tratava de atividades comerciais nas leis propostas, ou seja, as trocas e o comércio são uma realidade presente desde os primórdios da humanidade, reafirmando, como já foi dito, o caráter histórico dessas relações. Mas as reconfigurações ao longo dos últimos anos e sua espacialização,

Com a continuada descentralização da actividade comercial, a multiplicação das novas formas de comércio, o aparecimento de novos centros de comércio e serviços especializados, tanto na cidade como na periferia, e a perda de importância do centro de comércio tradicional, o esquema "clássico" de organização urbana da actividade começa a ser desafiado na sua dupla vertente da estrutura hierárquica e da proeminência do centro único. Assiste-se à substituição progressiva deste modelo de organização por outro, mais complexo, constituído por vários pólos, uns mais generalistas outros mais especializados, no seio do qual se desenvolvem complementaridades e concorrência entre diferentes tipos de centros, formas de comércio e formatos de estabelecimentos. (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 17)

Uma mudança ocasionada no interior dos muros, com a implantação das atividades comerciais foi a sociabilidade, intensificada nas áreas coletivas do ERFs, entre moradores. Essa foi, segundo os entrevistados, uma das suas decorrências mais positivas, tal como é possível notar a partir dos depoimentos transcritos a seguir.

Entrevistadora: Você observa que aconteceu alguma mudança na utilização dos espaços coletivos do condomínio depois que veio o comércio?

Maria: Sim... as pessoas...

Laura: E tem cadeira lá, eles ficam sentados lá.

M: É, agora com a quarentena não, mas assim, antes tinha as mesas que as pessoas sentavam e também conheciam os vizinhos, também era um momento de interação, né, entre os vizinhos que muitas vezes não se conhecem, as crianças ficavam lá em cima, enquanto os pais conversavam, ficavam na quadra...

M: Então assim, com a quarentena diminuiu isso, mas é... o dia que eles estão aqui, com certeza mudou bastante a vida de todo mundo. Não só da facilidade de comer, como interação entre as pessoas, passeio... muitas vezes, é um momento que a família tem de subir e comprar na feira, de colocar as crianças para participar junto da feira, das compras... Até de sair também de casa, porque geralmente as pessoas tem a tendência chegar em casa e não querer sair mais. Principalmente durante a semana, por conta do trabalho, então é um momento, assim, de lazer, esse momento de tá junto com os filhos muitas vezes e de dar uma caminhadinha, de sair de dentro de casa também. (Maria e Laura, 43 e 21 anos, farmacêutica e estudante universitária, residentes do Bosque dos Tamburis, mãe e filha)
Acho que o movimento nas ruas¹² [sic] aumentou, as pessoas ficam mais tempo fora. Quando tem, a gente vê, às vezes conversa... a gente mesmo já conversou com pessoas que a gente antes não conhecia por estar lá, também, sentado, então aumentou sim. (Samira, 33 anos, médica pediatra, residente dos Bosque dos Tamburis)

Tem pessoas mesmo que eu conheci ali, no pastel, que também são fiéis. E... se torna amizade mesmo. Da gente se encontrar depois, fora do pastel e acabar batendo um papo. Eu acho que ajuda sim, na socialização. (Ana, 39 anos, estudante, residente do Residencial Portinari)

Por um lado, conforme comentado pelos moradores, essas novas dinâmicas têm impactos internos positivos, inclusive evidenciando mudanças nas práticas espaciais observadas por pesquisadores como Caldeira (2000, p.268), que caracterizam o “pouco uso das instalações comuns” e o fato de que “só as crianças parecem desenvolver sua sociabilidade nos condomínios”. Mas do ponto de vista mais amplo, das relações entre o interior e o exterior dos muros, cuja importância já foi amplamente demonstrada (CALDEIRA, 2000; SPOSITO; GÓES, 2013; SALGUEIRO, 2000, por exemplo), os impactos são negativos, em função da negação do espaço público que implicam, consciente ou não, uma vez que

À medida que uma parte dos cidadãos opta por ter e viver seus espaços de uso coletivo (...), ainda que não completamente, essa parcela redefine o conteúdo e o sentido dos espaços públicos nas suas relações com os interesses privados. (SPOSITO; GÓES, 2013, p.158)

¹² A entrevistada se refere às áreas de circulação internas ao ERF.

Além da feira-livre da Avenida Manoel Goulart, outro espaço bastante referido nas entrevistas foi o Parque do Povo, que é um parque público linear de grande extensão com uma vasta área verde, espaços de lazer e ao redor do qual diversos comércios, restaurantes e outros equipamentos de serviço são continuamente inaugurados, caracterizando, para muitos, o “cartão postal da cidade”.

De acordo também com a entrevistada Maria, a frequência ao Parque do Povo não era diária, mas ocasionalmente ela costumava fazer uso desse espaço para realizar caminhadas; após sua mudança para o Bosque dos Tamburis, ela afirma que não o frequenta mais, comentando que considera o parque perigoso em determinados horários, o que reforça a opção pela segurança proporcionada pelos muros.

Outra entrevistada, Júlia, afirma que costumava caminhar diariamente no Parque do Povo, mas após sua mudança para o Residencial Portinari, só realiza caminhada dentro do espaço residencial, por achar bem mais seguro que o parque. Essas afirmações podem ser consideradas contraditórias, mas indicam que a representação desse espaço público emblemático adquire novas características, a partir do interior dos muros, o que reforça a importância das relações entre interior e exterior, tal como já comentamos, assim como o alcance das práticas espaciais de seus moradores.

Outro aspecto a ser ressaltado nesses depoimentos, é que a insegurança mencionada, na maioria das vezes, não é fundamentada em fatos, o que reitera as relações complexas entre a insegurança real e a insegurança representada (CURBET, 2007 *apud* SPOSITO; GÓES, 2013, p.177), e permite contextualizar a condição das pessoas que se declaram expostas à violência, sem os diversos equipamentos e serviços de segurança presentes nos ERFs. Muros, cercas elétricas, concertinas clipadas, portões, câmeras de segurança e afins, fazem parte do que Caldeira (2000) denomina “estética da segurança”, reforçando o isolamento socioespacial e a autosegregação que distingue e confere *status* a um certo grupo, por meio dos equipamentos citados. O controle do acesso é aspecto importante e se combina fortemente com o isolamento socioespacial, ainda que não absoluto.

Considerações finais

Levando em conta as questões discutidas nos tópicos anteriores, a presença das atividades comerciais altera o isolamento imposto pelos muros e controles de acesso? Temos

evidências de que o impedimento/controlado da entrada de trabalhadores de “fora”, estranhos ao condomínio, que já foram alvos de preconceito por parte de uma das entrevistas citadas, não se altera. Isso se deve ao fato já ressaltado de que tais comerciantes mantêm relações próximas com os moradores dos ERFs e a ampliação da sua atuação se baseia numa rede estabelecida entre esses espaços. Não são os “outros”, estranhos, que passam a ocupar seus espaços coletivos, mas sim comerciantes caracterizados como “iguais”.

Desse modo, se conclui que a oposição predominante entre os moradores de ERFs entrevistados no contexto da pesquisa que deu origem ao livro “Espaços Fechados e Cidades” (SPOSITO; GÓES, 2013), sob o argumento de que ameaçariam a segurança que eles tinham no interior dos muros, não foi radicalmente confrontada, mas surgiu uma alternativa que tem como consequência a ampliação da negação do espaço público e, assim, o aprofundamento do processo de fragmentação socioespacial, identificado por Sposito e Góes (2013) em Presidente Prudente e outras cidades médias paulistas .

Internamente, a relação entre comerciantes e moradores também se mostrou muito particular. Por ser algo frequente e constante, compatível com a demanda de segurança dos consumidores/moradores, os laços comerciante-consumidor acabam se acentuando, com a promoção de relações próximas entre eles, que sabem os nomes uns dos outros, conversam pelo celular, conforme citaram.

[Ao serem questionados sobre os laços comerciante- consumidor]

É, um pouco mais próxima, porque você começa a conhecer as pessoas pelo nome, eles perguntam “ah, você não veio semana passada, que que aconteceu...?”, então fica mais próximo sim. (Rafaela, 61 anos, aposentada, residente do Porto Seguro)

Igual o moço, ele já tem o WhatsApp, eu mando mensagem. Igual o menino da feria, posso mandar mensagem pra ele, “oh, você não tem tal coisa? Você não traz pra mim amanhã?” Então assim, uma facilidade maior, comodidade, né. Isso e intimidade, né. Não sei se seria essa palavra. (Maria e Laura, 43 e 21 anos, farmacêutica e estudante universitária, residentes do Bosque dos Tamburis, mãe e filha)

É como o do pastel mesmo, sei a vida do filho dele, a rotina... o que aconteceu com a pandemia que ele também estava estudado pra vestibular... acaba sendo de amizade mesmo.

Entrevistadora: É uma relação diferente do que seria se fosse fora, um comércio fora do condomínio?

É, porque é difícil a gente ser fiel quando é fora. Aí não, a gente está toda semana, e se é fora, acho que é... é difícil manter essa fidelidade. É difícil. (Ana, 39 anos, estudante, residente do Residencial Portinari, com a família)

Olha é... muito boa. Tem aqueles um que dá um *buxixinho né...* mas é... de dez tira um, entendeu? Mas é... o pessoal é muito... aconchegante, entendeu? (Proprietário do Pastel do Magrão)

Por fim, esses foram os principais resultados da pesquisa realizada. Ao longo dos anos que se passaram desde a realização da pesquisa que resultou no livro “Espaços Fechados e Cidades” (2013), muitas dinâmicas foram acentuadas e outras se complexificaram, tal como a localização e espaços residenciais fechados no interior de Presidente Prudente e as atividades socioespaciais que aconteciam em seu interior, sendo que a principal dinâmica acentuada dentro da cidade ao longo dos anos, foi a fragmentação socioespacial.

Referências

- BARATA-SALGUEIRO, T. Do centro às centralidades múltiplas. A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras. In: FERNANDES, J.A.V.R.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Lisboa: CEGOT, 2013, p. 13-29.
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- DIMENSTEIN, Marcela; SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 19, n. 3, p. 417-439, 2017.
- GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. SP: Perspectiva, 2013.
- GÓES, Eda. *Shopping Center: consumo, simulação e controle social*. Centro de Estudos Geográficos. **Finisterra**, LI, 102, 2016, pp. 65-80.
- PINTAUDI, Silvana Maria. Os Shopping-Centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 65, p. 29-48, 2017.
- SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009, p. 9-40.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. SP: Editora Record, 2014.
- SPOSITO, Maria Encarnação; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. SP: Editora Unesp, 2013.
- VARGAS, Heliana Comin. **Comércio e cidade: uma relação de origem**. Publicado no Portal do Estado de São Paulo. São Paulo, p. 1-5, 2000.
- VARGAS, Heliana Comin. **Comércio e serviços varejistas nos estudos urbanos e a complexidade na produção do conhecimento**. São Paulo: FAUUSP-LABCOM, 2008.

VARGAS, Heliana Comin. Comércio, espaço público e cidadania. **I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2002.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. SP: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2a. Ed., 2007.

WHITACKER, Arthur. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA, Doralice Sátyro; RIBEIRO, William; WHITACKER, Arthur (Org.). **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 149-178.